

O rigor reflexivo e a negação das análises polares nos estudos africanos: a contribuição de Fernando Mourão

Cláudio Furtado*

INTRODUÇÃO

Quando fui convidado para escrever um texto que se integre num número especial da *ÁFRICA* em homenagem ao meu Mestre tive que, retrospectivamente, reconstruir o meu processo de aprendizagem na Universidade de S. Paulo e, ao mesmo tempo, fazer uma ponte com o aprendizado que, nestas décadas, tenho vindo a ter enquanto professor de Sociologia. Esta ponte entre três gerações e a forma como ela foi e tem sido (re)construída, me parece ser o ponto de ancoragem a partir do qual deva redigir o texto. Esta perspectiva reflexiva permite-me dirigir às novas gerações de estudantes preocupados em conhecer África, tendo por base uma sólida formação sociológica, e reconhecendo os importantes *enjeux* que conformam a produção do conhecimento sociológico em geral e do conhecimento da Sociologia da África Negra, como o professor Mourão gosta de chamar, bem como permitir que busquem compreender ou, também como ele amiúde referia, surpreender os múltiplos sentidos dos discursos “científicos” sobre África e os interstícios desse jogo particular que é o dos estudos africanos.

A minha vivência estudantil no Brasil conjugada com o *locus* onde me situo, no caso Cabo Verde, permite-me, a partir das preocupações e do rigor

* Doutor em Sociologia pela USP, 1988. Universidade de Cabo Verde.

analítico que o professor Mourão me incutiu seja nas suas aulas, tanto como meu orientador durante o mestrado e o doutoramento quanto nas lides conjuntas de pesquisa, reconhecer os perigos, as dificuldades e as armadilhas que o fazer sociológico comporta.

Com efeito, como apontam Bourdieu e Passeron “(...) é necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendr-lo um dos meios de superá-lo” (BOURDIEU & PASSERON, 2000, p. 11).

Não obstante os avanços teóricos e empíricos nos estudos africanos, produzidos no continente africano ou fora dele, não raras vezes encontramos, ainda, visões homogêneas, idealizadas e/ou idealizadores de África, outras vezes “politicamente corretas” ou imbuídas de resquícios ideológicos provenientes dos séculos anteriores. Nessa plêiade discursiva, dissimulada “sob as aparências de uma elaboração erudita, as prenoções podem abrir caminho no discurso sociológico sem perderem, de modo algum, a credibilidade que lhes é conferida pela sua origem: as advertências contra a contaminação da sociologia pela sociologia espontânea não passariam de exorcismos verbais se não fossem acompanhadas por um esforço feito no sentido de fornecer à vigilância epistemológica as armas indispensáveis para evitar a contaminação das noções pelas prenoções” (BOURDIEU & PASSERON, 2000, p. 32).

Impõe-se, por conseguinte, ao cientista social um posicionamento que lhe permita proceder a uma análise assente em modelos teóricos que permitam uma adequada e lógica apreensão da estruturação e funcionamento das sociedades e, por via disso, explicar uma realidade social mutante, numa perspectiva de processo. Esta dimensão de processo, sublinha Mourão (2006), situa e mostra a historicidade das formações sociais em análise, saindo de visões estáticas, dicotômicas e homogêneas das sociedades africanas.

Dialogando com Fernando Mourão sobre as maneiras heurísticamente mais adequadas para o estudo e o conhecimento das sociedades e das realidades africanas, pretendemos exercitar uma *démarche* teórica e metodológica que ele não apenas exercita enquanto pesquisador, mas que também procurava fazer com que os estudantes apreendessem as suas virtualidades.

DESCONSTRUÇÃO DA EPISTEME OCIDENTAL SOBRE O CONTINENTE AFRICANO:
OLHARES CONTEMPORÂNEOS CRUZADOS

Hoje em dia, a literatura em Ciências Sociais, especialmente a que se integra nas denominadas teorias pós-coloniais, tem buscado a construção de novos paradigmas explicativos das realidades dos estados e nações outrora colonizados politicamente, mas que continuaram sendo colônias em termos epistemológicos.

Estar-se-ia procurando a construção de uma nova epistemologia que possa sustentar novos paradigmas teóricos, posicionando todos numa perspectiva emancipatória. Nesta esteira de reflexão, temos Boaventura Sousa Santos para quem “(...) o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias de povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (SANTOS & MENESES, 2009, p. 13).

Na mesma pegada de Santos, Grosfoguel (2009, p. 383) advoga a necessidade de uma nova perspectiva epistêmica que “pode contribuir para a criação de uma perspectiva crítica capaz de transcender as dicotomias delineadas e para a redefinição do capitalismo enquanto sistema-mundo”.

Entre os africanos também tem surgido um conjunto de reflexões que propõem uma nova postura teórica e prática dos cientistas sociais africanos, no sentido da descolonização das ciências sociais produzidas em África, colocando-as ao serviço do desenvolvimento do continente na sua pluralidade e heterogeneidade. Propõe-se, por conseguinte, cientistas sociais e ciências sociais emancipatórias, para utilizar uma expressão bastante em voga hoje dia.

Paulin Hountondji chama a atenção para, na realização dos estudos africanos, evitar-se a parcelização das ciências humanas e sociais. Com efeito, sublinha o autor que “Os chamados estudos africanos não só se baseiam em metodologias e teorias que se consolidaram em vários campos – como a história geral, a sociologia, a linguística, a economia, a ciência política, etc.- muito antes de terem sido aplicadas a África enquanto novo campo de estudo, como é, de resto, comum, em instituições acadêmicas e de investigação, encontrar

esta matéria associada a outras disciplinas, como sejam a matemática, a física, a informática, a biologia, a química, a geologia, a gestão e administração, a filosofia ou a engenharia” (HOUNTONDI, 2008, p. 150).

De forma ainda mais profunda questiona “quão africanos são os chamados estudos africanos?”. Profunda, uma vez que a sua desconstrução remete a uma pluralidade de questões que se interconectam.

A primeira questão tem a ver com o fato de que não é a condição de africano que transforma os estudos sobre África, africanos. A segunda tem a ver com os modelos teóricos usados para explicar as sociedades africanas que, muitas vezes, partiam de pressupostos ideológicos quando não racistas e racialistas, sendo, no mais das vezes, como afirmou Grosfoguel (2009, p. 386), paradigmas eurocêntricos hegemônicos e que “inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno”.

Uma terceira questão resulta da escolha das temáticas de investigação, denominadas por Hountondji de extravertidas. Sublinha ele que “As mais das vezes, tendemos a investigar temas que são do interesse, antes de mais, de um público ocidental. A maioria dos nossos artigos é publicada em revistas científicas sediadas fora de África, destinando-se, portanto, a leitores não-africanos. Mesmo quando publicamos em África, a verdade é que as próprias revistas académicas africanas são mais lidas fora do que dentro de África” (HOUNTONDI, 2008, p. 157).

Completa o autor a questão inicialmente formulada, indicando que não tem se utilizado as línguas africanas como veículo de transmissão dos conhecimentos produzidos que, em sua opinião, reforça a alienação da produção científica africana e dos cientistas africanos, para concluir afirmando que “Falando sem rodeios, há que dizer que os académicos africanos têm participado, até agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões horizontais com outros académicos africanos” (HOUNTONDI, 2008, p. 157).

Outros académicos africanos são igualmente críticos em relação às pesquisas em ciências sociais sobre e em África, propugnando por uma pesquisa comprometida com as necessidades mais prementes do desenvolvimento das sociedades africanas.

Matshedisho (2005, p. 7), ancorando-se em Marks, sublinha a necessidade do ensino das ciências sociais em África por quatro razões essenciais. Em primeiro lugar, para se poder refutar os mitos criados pela conceitualização

ocidental de África. Em segundo, para reinterpretar a história do continente de uma forma não essencialista. Em terceiro lugar, para estudar as ciências sociais de uma maneira que não justapõe ciências naturais e ciências sociais de maneira diametralmente oposta. E, em quarto lugar, para poder mostrar que o estudo da África desestabilizou os instrumentos conceptuais ocidentais, chamando a uma reconceitualização da pesquisa, tanto a africana quanto ocidental, no domínio das ciências sociais.

Este reinventar epistemológico, teórico e metodológico proposto por Matshedisho deve assentar-se na “(...) *intégration d’approches multidisciplinaires et l’appréciation de la diversité culturelle plutôt que de l’afrocentrisme, qui est l’image inversée de l’eurocentrisme,*” para acrescentar que, “*La recherche en sciences sociales doit transcender l’émotivisme, le logocentrisme et l’essentialisme. Elle doit s’attaquer aux défis auxquelles l’Afrique est actuellement confronté dans l’économie mondiale faite de capitalisme et diversités culturelles*” (MATSHE-DISHO, 2005, p. 11).

Resulta da leitura de Matshedisho a construção das ciências sociais em novas bases teóricas mas também empiricamente situadas. Isto é, produzir conhecimentos que respondam aos desafios do Continente Africano.

Claude Abé é bem preciso na colocação desta questão. Com efeito, ele sublinha que:

C’est donc la quête d’une connexion réussie aux grands débats actuels qui traversent les sciences sociales qui justifie la domiciliation de la présente interrogation dans la thématique sur l’importance des sciences sociales dans la mise en route du développement socio-économique et politique (ABE, 2005, p. 35).

A primeira resposta à sua questão leva-lhe a considerar medíocre a pesquisa em Ciências Sociais em África, relacionando esta mediocridade ao que ele denomina de paralisia em que se encontra o continente. A endogeneização das ciências sociais e sua geminação com a problemática do desenvolvimento da África resultam como uma equação a estabelecer, não de uma maneira mecânica e forçada mas no quadro da construção do contexto de sua viabilidade. Tal perspectiva resulta da dupla assunção de que, por um lado, “*au sous-développement des sciences sociales en Afrique correspond/respond celui des pays africains*” (ABE, 2005, p. 9) e, por outro, que “*il n’y a pas de société économiquement développée sans l’apport des sciences sociales*” (apud ELA, 1994, p. 9).

Relativamente aos países africanos de língua oficial portuguesa tem havido, nos últimos anos, à semelhança do que ocorre nos demais países do continente africano, a acentuada preocupação com “a necessidade de uma vigilância epistemológica em relação a uma possível apropriação acrítica das representações sobre o ‘Outro’ indígena, local, no nosso continente (...)” (MENESES, 2005, p. 46).

Aliás, o resgate de pensadores e políticos africanos que estiveram na gênese das lutas emancipatórias para as independências como Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah e outros, testemunha essa busca de autonomização e endogeneização do conhecimento em Ciências Sociais. Uma autonomia e um conhecimento endógeno que, a um só tempo, reflitam, de forma assumida e epistemologicamente radical (ir à raiz de...), o engajamento relativamente aos problemas do país e da sociedade, e valorize a multiplicidade de saberes existentes (MENESES, 2005, p. 57).

Esta mesma preocupação é, aliás, manifestada por Teresa Cruz e Silva, a partir da situação moçambicana, quando afirma que:

Para além da necessidade de imprimir um investimento cada vez maior na criação de novas alternativas epistemológicas, as Ciências Sociais têm um papel fundamental a desempenhar, aplicando os resultados da sua pesquisa na transformação da realidade social. Quando hoje se debatem por todo o mundo problemas como a pobreza, o desemprego, a exclusão social, a construção de democracias ou da paz, e a insegurança que afeta o mundo, os nossos focos de análise devem ser pela construção de uma democracia enraizada num conhecimento da realidade nacional, na valorização da produção de conhecimentos locais, e por uma sociedade mais livre e justa (CRUZ E SILVA, 2005, p. 41).

UMA DESCONSTRUÇÃO SILENCIOSA DA VISÃO HEGEMÔNICA E EXÓGENA DE ÁFRICA

O percurso reflexivo anteriormente feito e que, grosso modo, recobre análises e posicionamentos das últimas duas décadas serve precisamente para demonstrar a preocupação teórica e política de Fernando Mourão relativamente aos estudos africanos.

Com efeito, já nos anos 70 do século passado Fernando Mourão defendia a necessidade de um re-conhecer do continente africano mediante estudos rigorosos e que evitassem a tentação totalizadora e, por conseguinte,

reduzida de uma realidade plural, mas que também evitasse a essencialização desta mesma realidade, retirando-a da universalidade que a caracteriza. Ao analisar a sociedade angolana tendo como fonte privilegiada de informação a Literatura, ele defende que

“(…) não é possível falar em literatura africana no plural sem que sejamos levados a um conceito que, por demasiado generalizador, não nos leve a uma indicação segura, a não ser que tenhamos em vista um critério de natureza geográfica que, em princípio, não aceitamos a não ser levar em conta o fato de que o continente negro foi, ao longo de sua história objeto de repartições sem conta, apesar de admitirmos que, malgrado as vicissitudes, manteve até nossos dias um substrato cultural original” (MOURÃO, 1978, p. 13).

Este rigor na construção do objeto de estudo leva-o a acrescentar que “Preferíamos nos ater a períodos e áreas culturais, mais ou menos permeados de valores diferentes, nos deparando com uma realidade em si mesmo difusa, nos vários planos em que o contexto social nos apresenta”, para acrescentar ainda que, “a universalidade da obra de arte deve ser entendida em relação ao meio em que ela foi gerada” (MOURÃO, 1978, p. 13). Encontra-se de forma implícita nesta escolha teórica e metodológica que as realidades africanas, sejam elas culturais, econômicas, sociais ou estéticas, só podem ser adequadamente apreendidas e, por via disso, compreendidas e explicadas se se articular o caráter local de sua (re)produção, manifestação e transformação com a dimensão universal, supra e translocal que as caracteriza.

É neste mesmo quadro teórico que Fernando Mourão tematiza a problemática do relacionamento entre a língua portuguesa e as diversas línguas nacionais dos países africanos de língua oficial portuguesa. Considerado, embora o caráter glotocida da língua portuguesa no contexto colonial, ela é também reconhecida como língua de resistência, capaz de, mediante políticas linguísticas adequadas, proporcionar a consolidação e a emancipação das línguas nacionais. Refere explicitamente Fernando Mourão que:

As aproximações através do uso da língua portuguesa não excluem o estudo e ensino das línguas nacionais africanas em espaços plurinacionais que, possivelmente, ultrapassadas a fase do processo de paz e da transição democrática, estarão sensíveis ao tema do federalismo – mormente em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique – um tema universal, que, por razões históricas, não se registra no arcabouço institucional português” (MOURÃO, 1996, p. 110).

Quando se refere ao contexto pós-colonial, em que a língua portuguesa pode ser vista como língua de resistência, Mourão tem presente o processo de construção de Estados-nações e a volatilidade das fronteiras nacionais em África, ainda que as independências nacionais, como ele bem assinala, tenham sido assentadas no princípio do *uti possidetis juris*. Neste contexto, assinala que:

A língua portuguesa é, sem dúvida, um facto essencial para preservar o marco de fronteira, uma vez que alguns países africanos de língua oficial portuguesa confinam com países que, para além das línguas nacionais africanas, se falam o Inglês e o Francês. Moçambique, por exemplo, que confina com vários países de língua inglesa, encontra no Português a sua língua de resistência: a particularidade ou a diferença em relação ao outro. No caso da Guiné-Bissau, por exemplo, o fenómeno é semelhante em face da língua francesa” (MOURÃO, 1996, p. 111).

Fernando Mourão concorda, ainda que referindo a situação diversa. mas não antitética, com a afirmação de Amílcar Cabral, para quem a língua portuguesa terá sido a melhor herança deixada pela colonização portuguesa.

A sua preocupação com a multidisciplinaridade e a compreensão das dinâmicas sociais é uma constante nos seus textos, negando, umas vezes de forma explícita, outras implicitamente, a cristalização da história da África, a negação de suas rupturas e permanências. Assim, ao analisar o quadro teórico e metodológico que presidiu a feitura e a escrita da História Geral da África, uma iniciativa da UNESCO, afirma que “o passado só pôde ser alcançado através de um empreendimento multidisciplinar; às técnicas de pesquisa histórica propriamente dita somaram-se os recursos à linguística, arqueologia, etnologia, antropologia, sociologia e ciência política, de entre outras áreas de conhecimento”, para ainda acrescentar que “A Linguística, bem como a Etnobotânica, vêm sendo utilizadas no estudo das migrações dos povos africanos” (MOURÃO, 1995/1996, p. 13).

Da mesma forma, e resgatando Georges Balandier (1976), Fernando Mourão considera fundamental nas análises e nos estudos sobre África que a historicidade seja assumida como vetor fundamental. Caso contrário tende-se a cair no risco de sua essencialização e mi(s)tificação. Neste quadro, sublinha Mourão:

O fundamental é certamente surpreender as situações em momentos de mutação e apreender o seu sentido – o sentido comum e o sentido profundo. A África

é, certamente, um dos melhores exemplos deste tipo de abordagem, pesquisada através de clivagens de infinitas vertentes que se ligam às fases de maturação, cristalização e ruptura, dando o sentido profundo de sua cultura (MOURÃO, 1995/1996, p. 12).

A preocupação permanente com a apreensão e, conseqüentemente, com a possibilidade de se poder surpreender sentido(s) de mudanças, descontinuidades e/ou continuidades são condições de uma investigação profícua, atenta e capaz de assegurar a ultrapassem de possíveis vieses ideológicos que, amiúde, contaminam os estudos sobre África.

Neste sentido, a sua preocupação, a um só tempo epistemológica, teórica e metodológica, é superar estas perspectivas dicotômicas, homogeneizadoras e, por conseguinte, estéreis na compreensão da complexidade africana.

Na sua obra mais recente sobre Luanda, resultado de um trabalho de décadas de investigação, em que privilegia uma abordagem multidisciplinar, Fernando Mourão, ao procurar situar a *démarche* teórica e metodológica por ele escolhida, distancia-se de grande parte dos estudos coloniais quanto pós-coloniais. De uma forma global, assinala que:

O continente africano surge na leitura de inúmeras obras, no âmbito das Ciências Humanas, sob mais variados aspectos; ora de forma parcelada, delimitado no tempo e no espaço, ora através de uma abordagem globalizadora de natureza ideológica, configurando leituras que favorecem uma visão linear em função do tempo colonial e em função do período pós-colonial (MOURÃO, 2006, p. 15).

Acrescenta especificamente em relação ao período colonial que:

A literatura assenta-se em duas vertentes: uma, de natureza universal; outra, centrada na idéia do pacto colonial, quando as colônias surgem de forma mais objetiva em função dos interesses realistas das metrópoles. A literatura em língua portuguesa, que abrange as duas vertentes, principalmente a segunda, introduz ainda a noção de uma especificidade própria do processo colonial português face ao processo colonial inglês e, de certo modo, ao francês, tornando a leitura ainda mais ambígua (MOURÃO, 2006, p. 15).

No que diz respeito aos estudos pós-coloniais sublinha o seguinte:

A literatura pós-colonial, restrita, manifesta certa tendência em analisar o processo colonial numa perspectiva de grandes modelos interpretativos, onde o

continente africano transparece como uma unidade espacial, não desenvolvida (MOURÃO, 2006, p. 15).

Consciente das limitações das abordagens atrás referidas, Mourão tenta superá-las através de uma perspectiva mais holística no que concerne à integração dialética das dimensões comuns aos diversos espaços e sociedades africanas, urbanas e rurais, resultantes de confrontos interétnicos, interclasses e a denominada “África profunda”, destas interligações e a intersecção com o mundo globalizado. Um exercício teoricamente e metodologicamente complexo, mas desafiador que exige, quando os limites se apresentam, que sejam explicitados.

Os estudos africanos atuais, sublinha Mourão, encontram-se em muitos casos eivados de problemas, uma vez que se encontram assentes em modelos interpretativos dicotômicos, utilizando-se as sociedades industriais, ditas desenvolvidas, como modelos e referentes, seja numa dimensão discursivamente positiva, seja negativa, dependendo do *locus* a partir do qual a narrativa é produzida: o “nós”, euro/etnocêntrico, ou o “nós” africanos. Com efeito, sublinha que,

(...) il est exaspérant de vérifier la construction de paradigmes qui, ayant pontifié pendant plusieurs années, se sont transformés en courants finalistes suivis par des adeptes fidèles qui, effectivement, ne nous ont pas conduit à un chemin assuré (MOURÃO, 1991, p. 80).

Seria preciso, nomeadamente, superior análises dicotômicas e maniqueístas nos estudos sobre África, integrando analítica e dialeticamente os (des)encontros entre a ‘tradição’ e a ‘modernidade’ e inserir o continente africano na dinâmica das relações internacionais. Enfim, sugere que os estudos africanos devem ser essencialmente processuais.

Se no quadro da elaboração da História Geral da África, em que foi um dos participantes, assume que a escrita buscou alicerçar-se numa visão endógena do continente, aceita os limites do trabalho sobre Luanda na medida em que o posicionamento analítico partiu de um “nós” imposto pela taxinomia imposta pela historiografia ocidental sobre Angola, na inexistência de estudos sistemáticos e aprofundados sobre a história de Angola a partir de dentro.

Contudo, uma leitura atenta do trabalho sobre Luanda, malgrado estes e outros limites reconhecidos e explicitados por Mourão (2006, p. 15-23), mostra como o autor busca equacioná-los de uma forma heurísticamente inte-

ressante, conseguindo encontrar linhas e nexos explicativos que, inicialmente, se mostravam difíceis.

De certa forma, Fernando Mourão assume a diversidade epistemológica reivindicada por Santos (2009), assumindo a condição de um sujeito situado epistemológica e sociopoliticamente, tornando-se participante, numa perspectiva emancipatória, da autonomia das sociedades, estados e nações africanas, assumindo e propondo uma nova leitura e uma nova política, sem negar o mundo em rede.

Diversamente dos teóricos pós-coloniais, a biografia de Fernando Mourão, a convivência e, mais do que isso, a militância intelectual, política e cultural a favor das independências nacionais que lhe valeram conviver com nacionalistas africanos dos países africanos de língua oficial portuguesa e das ex-colônias francesas, assim como a luta contra o fascismo imposto pelo Estado Novo português permitiu-lhe, a um só tempo, consolidar a sua formação intelectual de Coimbra a São Paulo, passando por Lisboa, Paris, Dacar, Luanda, etc., bem como um ativismo político consequente.

Aliás, a sua produção intelectual lhe permitiu passar de estudos no domínio da Sociologia da Literatura, para estudos no domínio da Sociologia Diferencial demonstrando que o seu campo de especialidade ultrapassa e extravasa o continente africano, a História, o Direito e as Relações Internacionais. A solidez teórica de que reclama Fernando Mourão, na tradição clássica, é condição da ruptura com a sociologia espontânea, com narrativas esteticamente bem conseguidas, mas vazias do ponto de vista heurístico.

O desafio da ´sriedade´ intelectual se lhe coloca com tanta acuidade num momento de introdução da temática dos estudos africanos, não apenas afro-brasileiros, em instituições acadêmicas brasileiras com conhecimentos marginais e, não raras vezes, estereotipadas do continente negro, não obstante a matriz africana da sociedade brasileira.

Praia, Cabo Verde, Janeiro 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, Claude. *Les sciences sociales face au devenir de l'Afrique: entre construction et déconstruction*. In: MATSHEISHO, K.R e outros. *Sciences Sociales et l'avenir de l'Afrique*. Dakar: CODESRIA, 2005, p. 33-87.

BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. *A profissão de sociólogo*. Preliminares epistemológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CRUZ E SILVA, Teresa. Instituições de Ensino Superior e Investigação em Ciências Sociais. In: CRUZ E SILVA, Teresa e outros. *Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana*. Dakar: CODESRIA, 2005, p. 33-44.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, p. 115-147, março 2008.

HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, p. 149-160, março 2008.

MATSHEDISHO, Knowledge Rajohane. *Réinterpréter et reconstruire l'Afrique: le défi de la recherche en sciences sociale*. In: MATSHEISHO, K.R e outros. *Sciences Sociales et l'avenir de l'Afrique*. Dakar: CODESRIA, 2005, p 1-31.

MENESES, Maria Paula. A questão da 'Universidade Pública' em Moçambique e o desafio da pluralidade de saberes. In: CRUZ E SILVA, Teresa e outros. *'Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana*. Dakar: CODESRIA, 2005, p.45-66.

MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. *A inserção da CPLP num mundo globalizado*. Pré-Textos. IV Mesa Afro-Luso-Brasileira, Praia, Novembro de 1996.

_____. *A sociedade de Angola através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Continuidades e Descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Imagem, 2006.

_____. *L'interne et l'externe dans l'explication sociologique: Continuités et discontinuités des réalités et des modèles*. *Bulletin de l'AISLF*, Genève, v.7, p.79-88, 1991.

_____. Múltiplas faces da identidade africana. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, 18-19(1), p. 5-21, 1995/1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S. & MENESES, M.P. (org.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009, p. 23-71.